

Artigos de pesquisa

Entre a disciplina e a democracia: a militarização das escolas como expressão do conservadorismo na educação pública

Between discipline and democracy: the militarization of schools as an expression of conservatism in public education system

Wanderson Alves Coelho¹ , Eveline Borges Vilela-Ribeiro^{2*}

¹Secretaria do Estado da Educação de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

²Universidade Federal de Jataí – UFJ, Programa de Pós-graduação em Educação, Jataí, GO, Brasil

COMO CITAR: COELHO, W. A.; VILELA-RIBEIRO, E. B. Entre a disciplina e a democracia: a militarização das escolas como expressão do conservadorismo na educação pública. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 21, e20787, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.2078701>

Resumo

Este artigo analisa como a militarização das escolas públicas em Goiás expressa e institucionaliza valores conservadores, a partir de uma análise documental qualitativa orientada pelo método dialético. Foram examinados o Regimento dos Colégios Estaduais da Polícia Militar e os Projetos Político-Pedagógicos de duas escolas estaduais não militarizadas. A interpretação fundamentou-se em quatro categorias dialéticas: Totalidade Social, que evidencia a vinculação entre militarização, Neoliberalismo e modernização; Contradição, marcada pela tensão entre discursos de pluralismo e práticas de controle ideológico; Condições Objetivas e Subjetivas, que revelam hierarquização administrativa, padronização estética e disciplinamento corporal; e Práxis Educativa, que contrapõe uma formação adaptativa e moralizante à perspectiva crítica presente nos colégios regulares. Os resultados mostram que a militarização reforça padrões conservadores e práticas de exclusão, tensionando princípios democráticos que orientam a educação pública brasileira.

Palavras-chave: militarização escolar; modernização conservadora; políticas educacionais; educação democrática; neoliberalismo na educação.

Abstract

This article examines how the militarization of public schools in Goiás expresses and institutionalizes conservative values, based on a qualitative documentary analysis guided by the dialectical method. The study analyzed the Internal Regulations of the State Military Police Colleges and the Political-Pedagogical Projects of two non-militarized state schools. Interpretation was structured around four dialectical categories: Social Totality, which reveals the convergence between militarization, neoliberalism, and conservative modernization; Contradiction, marked by tensions between pluralistic discourse and ideological control; Objective and Subjective Conditions, which highlight administrative hierarchization, aesthetic standardization, and corporal discipline; and Educational Praxis, contrasting a moralizing, adaptive formation with the critical orientation found in regular state schools. The findings indicate that militarization reinforces conservative patterns and exclusionary practices, generating tensions with the democratic principles that underpin Brazilian public education.

Keywords: school militarization; conservative modernization; educational policies; democratic education; neoliberalism in education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação brasileira tem sido atravessada por transformações profundas, impulsionadas pela intensificação de políticas neoliberais, pela ascensão de forças conservadoras e pela crescente disputa sobre os sentidos da escola pública. Nesse cenário complexo, emerge com força o processo de militarização das instituições educacionais, seja

***Autor correspondente:** eveline_vilela@ufj.edu.br

Submetido: Dezembro 10, 2025

Revisado: Dezembro 18, 2025

Aprovado: Janeiro 14, 2026

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados: Nenhum material disponível online. Trabalho realizado na Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, GO, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

por meio de escolas militares tradicionais, de escolas militarizadas sob gestão das corporações estaduais ou, mais recentemente, de escolas cívico-militares vinculadas a programas federais. Esse movimento ganhou especial relevância no estado de Goiás, onde a expansão dos Colégios Estaduais da Polícia Militar (CEPMG) se consolidou como uma política contínua, amplamente defendida pelo governo estadual e fortemente incorporada ao imaginário social como sinônimo de disciplina, ordem e qualidade educacional.

Paralelamente à expansão desse modelo, observa-se no país um fortalecimento de discursos conservadores que buscam restaurar valores morais tradicionais, reforçar estruturas hierárquicas e redefinir o papel da educação a partir de concepções homogêneas de cidadania, família e comportamento. Para autores como Apple (1999, 2002, 2003), Dantas (2020) e Mascarenhas e Goulart (2023), esse fenômeno compõe uma “modernização conservadora”, na qual elementos econômicos neoliberais e valores socioculturais conservadores convergem, produzindo novas formas de regulação e controle sobre práticas educativas, currículos e identidades escolares.

Nesse contexto, os colégios militarizados se tornam espaços privilegiados para observar como tais discursos se materializam no cotidiano das instituições. Esses colégios mobilizam princípios como civismo, patriotismo, disciplina rígida e padronização estética e comportamental, frequentemente associados à promessa de melhoria da aprendizagem e da convivência escolar. Sua expansão coincide com um momento em que a escola pública é cada vez mais pressionada a operar sob a lógica da eficiência, da meritocracia e da responsabilização, características típicas da racionalidade neoliberal aplicada à educação. Ao mesmo tempo, nas escolas estaduais convencionais, que atendem majoritariamente estudantes de baixa renda, com trajetórias marcadas por vulnerabilidades sociais, prevalecem discursos orientados por princípios democráticos, pela valorização da diversidade e pela busca de uma formação crítica.

A coexistência desses modelos, com suas orientações distintas e até antagônicas, suscita questionamentos sobre as finalidades educacionais que vêm sendo priorizadas e sobre o papel que cada instituição desempenha na formação das novas gerações. A militarização, defendida por setores governamentais como uma resposta aos “problemas” da escola pública, envolve processos seletivos, mecanismos de exclusão velada, práticas de controle simbólico e moralização das condutas que merecem análise cuidadosa, sobretudo quando colocados em contraste com os princípios que orientam a escola pública prevista na legislação brasileira.

Dessa forma, a presente pesquisa se insere nesse debate ampliado ao propor uma análise comparativa entre documentos de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás e de escolas estaduais não militarizadas, buscando compreender como os modelos de escolarização expressam concepções distintas de sociedade, cidadania e educação. Considerando que os documentos institucionais são expressões privilegiadas das intencionalidades educativas, sua análise permite identificar como determinados valores, princípios e expectativas de conduta são formalizados e legitimados no interior dessas instituições.

Assim, formula-se o problema de pesquisa que orienta este estudo: Como as escolas militares/militarizadas refletem e institucionalizam o conservadorismo no âmbito da educação pública e há diferenciação entre elas e as demais escolas regulares públicas?

A partir desse problema, estabelece-se o objetivo geral de avaliar se, e de que maneira, as escolas militares/militarizadas refletem e institucionalizam ideais conservadores em seus documentos orientadores, tomando como referência comparativa as escolas estaduais não militarizadas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os sentidos atribuídos à escolarização num momento de expansão de modelos militarizados e de recrudescimento de discursos conservadores. Ao examinar como esses elementos aparecem nos documentos institucionais das escolas, busca-se contribuir para o debate sobre o papel social da educação pública e sobre os riscos que determinadas orientações políticas podem representar para a democracia, a diversidade e o caráter emancipatório da formação escolar.

MÉTODO

A pesquisa possui natureza qualitativa, orientada pelo método dialético (Demo, 1995), com ênfase na análise documental de caráter qualitativo (Ludke; Andre, 1986). A escolha pela dialética fundamenta-se na compreensão de que fenômenos educacionais não podem ser analisados de forma isolada, mas devem ser interpretados em suas determinações históricas, políticas, culturais e institucionais. Conforme aponta Demo (1995), a dialética permite apreender a realidade em sua totalidade, considerando contradições e mediações que estruturam a prática social.

Para Apple (1999, 2002, 2003), a escola é um campo de disputa ideológica em que políticas e discursos hegemônicos se materializam em currículos, documentos oficiais e rotinas institucionais. Saviani (2005), por sua vez, reforça que documentos educacionais expressam concepções históricas de formação humana e, portanto, são fontes privilegiadas para compreender projetos societários em disputa. Tais perspectivas sustentam a opção por analisar documentos oficiais como expressão de intencionalidades pedagógicas e político-institucionais.

As fontes de pesquisa concentram-se em dois conjuntos de documentos:

1. Regimento Escolar e normas internas dos Colégios Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) (Goiás, 2023b);
2. Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de duas escolas (Colégio Estadual Dom Bosco - CEJDB e Colégio Estadual Roberto Civita - CERC) estaduais não militarizadas pertencentes à mesma rede pública (Goiás, 2023a, 2024).

Esses documentos foram selecionados por representarem as bases normativas e organizacionais de cada modelo escolar, expressando, portanto, concepções de disciplina, cidadania, formação humana, gestão e padrões de convivência.

Procedimentos de análise

A análise documental ocorreu em duas etapas complementares:

1. Leitura analítica e categorização inicial (multietapas);
2. Reinterpretação dialética e construção das sínteses parciais.

A Leitura analítica e categorização inicial foi realizada a partir de uma leitura exaustiva, linha a linha, de todos os documentos selecionados. Para a Leitura exploratória inicial, houve a familiarização com a organização interna dos documentos, identificando seções, capítulos e eixos temáticos; ênfases discursivas (por exemplo: civismo, disciplina, cidadania, diversidade, acolhimento); termos recorrentes; descrições de normas, regras, objetivos e fundamentos filosóficos. Essa leitura permitiu identificar elementos que diferenciam os modelos CEPMG e escolas estaduais convencionais.

Em seguida, uma leitura sistemática, com grifos e anotações marginais, foi realizada. Para isso, foram marcados explicitamente: trechos que descrevem valores e princípios institucionais; normas relacionadas à disciplina, uniformização e obediência hierárquica; referências à família, civismo, patriotismo, moral e tradição; diretrizes pedagógicas e concepções de currículo e objetivo geral da escola e perfil de estudante esperado. Esses trechos foram separados e registrados em um quadro analítico para compor o processo de categorização.

Os trechos destacados foram agrupados por semelhança. Esse processo não foi mecânico: várias passagens foram inicialmente alocadas em mais de uma categoria, exigindo retornos sucessivos ao texto. Por exemplo, trechos que mencionavam civismo e patriotismo ou normas sobre uniformização, aparência e comportamentos. Esse movimento corresponde ao que Demo (1995) denomina “ir e vir constante” próprio da análise dialética: a realidade nunca se encaixa imediatamente nas categorias, mas exige revisões sucessivas.

A Reinterpretação dialética e construção das sínteses parciais destinou-se a reinterpretar os trechos categorizados, articulando-os entre si e com o referencial teórico. Cada trecho categorizado foi relido à luz das mediações que o atravessam: neoliberalismo, conservadorismo, modernização conservadora, gestão escolar, política educacional, cultura institucional e disputa de projetos. Assim trechos relacionados ao civismo e patriotismo foram conectados às análises de Apple (2002, 2003), normas disciplinares, estéticas e comportamentais foram

articuladas às discussões de Foucault (2014) e elementos referentes à seleção e exclusão escolar foram associados às reflexões de Santos (2016), Bezerra (2017) e Dantas (2020) sobre elitização e moralização da escola pública.

Categorias e definições

Com as mediações identificadas, organizou-se um conjunto de sínteses, enquadrando-os em quatro categorias: Totalidade social, Contradição, Condições objetivas e subjetivas e Práxis educativa. A Totalidade social diz respeito à interpretação dos CEPMG como parte da convergência entre neoliberalismo e conservadorismo, situando seus documentos no contexto histórico de expansão da militarização. A categoria Contradição representa o confronto entre discursos normativos de pluralismo e democracia e os mecanismos de controle, padronização e silenciamento presentes no regimento militarizado. Condições objetivas e subjetivas refere-se à distinção entre estrutura organizacional, normas, recursos (objetivas) e valores, moralidades, ethos militar, disciplinamento corporal e identidade institucional (subjetivas). Por último, a categoria Práxis educativa refere-se à análise da finalidade formativa implícita nos documentos, contrastando formação crítica versus formação adaptativa e disciplinada.

RESULTADOS

A presente análise, construída a partir das quatro categorias dialéticas — Totalidade Social, Contradição, Condições Objetivas e Subjetivas e Práxis Educativa — buscou compreender de forma crítica como os colégios militarizados se inscrevem em um movimento histórico mais amplo, articulando elementos estruturais, ideológicos e pedagógicos. A partir dos documentos institucionais e das formulações teóricas de Demo (1995), Apple (2003), Saviani (2005), Meszáros (2011) e Dantas (2020), foi possível evidenciar a complexidade das determinações que atravessam o modelo de escolarização militarizada em Goiás.

Totalidade social: a militarização como expressão da modernização conservadora e do neoliberalismo

A análise dos documentos institucionais dos CEPMG permite compreender que tais escolas não surgem de forma isolada, mas se inserem em um movimento social mais amplo, marcado pelo entrelaçamento entre o neoliberalismo e o conservadorismo moral em sua versão contemporânea. Como afirmam Tapajós e Silva (2023), a militarização das escolas públicas está associada ao alinhamento entre o movimento neoliberal, hegemônico na economia, e o movimento (neo)conservador, que pressiona pelo retorno de valores morais tradicionais. Os autores destacam que essa articulação produz um modelo de escola orientado para disciplinar corpos juvenis, reforçar hierarquias e moldar sujeitos alinhados às exigências do mercado e da ordem moral vigente.

Esse movimento aparece claramente no Regimento dos CEPMG, que apresenta como um de seus pilares a formação moral e cívica dos estudantes. No Capítulo II – Dos princípios, fins e objetivos da educação, o documento estabelece para o Ensino Fundamental:

- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- [IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Goiás, 2023b).

No Ensino Médio, o documento intensifica aspectos moralizantes e patrióticos ao afirmar que a escola deve:

- [...] proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades [...] resgatando o civismo, patriotismo, urbanidade e a cooperação mútua (Goiás, 2023b).

A presença recorrente desses valores evidencia uma concepção de escola que se aproxima daquilo que Apple (2003) denomina “modernização conservadora”. Trata-se de um projeto que combina, simultaneamente, a racionalidade neoliberal (voltada à eficiência, meritocracia e

padronização) com uma agenda moralizante e disciplinadora, centrada na família tradicional, no civismo e na hierarquia.

Essa interpretação é corroborada pelos documentos oficiais dos CEPMG, que destacam um compromisso explícito com o civismo, a ordem e o patriotismo, elementos que, segundo Harvey (2008), são mobilizados por movimentos neoconservadores para responder a crises sociais reais ou imaginadas. A escola militarizada, nesse sentido, funciona como instrumento de recomposição moral da sociedade, reforçando padrões que se opõem à diversidade cultural e ao pluralismo democrático.

Assim como na filosofia militar, que busca uma certa padronização de comportamentos, e mesmo pregando uma educação plural, na Sessão II do regimento escolar, que trata dos Deveres e Vedações há ainda indicações sobre os comportamentos dos funcionários:

II - fazer proselitismo religioso, político-partidário ou ideológico, em qualquer circunstância, bem como, pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais, influenciando os demais membros da comunidade à tomada de atitude indisciplinada, irreverente ou de agitação, ainda que de forma dissimulada (Goiás, 2023b, p. 28).

Dessa forma, os CEPMG têm, regimentalmente, instrumentos que podem sancionar professores que exponham suas ideologias que os comandantes militares considerem contrárias aos interesses nacionais, dificultando os professores de falarem sobre religião, política e ideologia em suas aulas.

A restrição e tentativa de uniformização vão além dos discursos, são impostos aos corpos, não só dos alunos, que é mais nítido observar no cotidiano, mas professores e funcionários também têm uniformes que precisam utilizar no serviço. As especificações desses uniformes estão no Regimento Escolar, no título XIII e XIV (Goiás, 2023b), se estendendo por vários capítulos, em que descrevem minuciosamente como devem ser os uniformes dos estudantes, dos professores e funcionários administrativos.

Os CEPMG impõem padrões estéticos aos seus uniformes, que refletem valores, tradição, disciplina e hierarquia. Suas normas regulam a confecção e a obrigatoriedade do seu uso por parte dos professores, alunos e demais servidores (tanto administrativos quanto de serviços gerais). Nos regimentos e regulamentos anteriormente mencionados, a composição e a classificação dos uniformes é descrita com minúcias, bem como descreve-se a aparência dos cabelos e calçados. O uso de roupas que se sobreponham ao uniforme é expressamente proibido; da mesma forma, qualquer outro adereço que altere formas ou cores do uniforme padrão não é permitido. Há uniforme específico para gestantes e fardas adequadas às atividades são obrigatórias aos alunos, cujo uso indevido é penalizado, uma vez que o corpo pedagógico e administrativo se encarrega de fiscalizar e punir. Tais fardamentos devem ser adquiridos pelo aluno com recursos próprios (Lima; Brzezinski; Menezes Junior, 2020).

Lima, Brzezinski e Menezes Júnior (2020) colocam que, apesar do discurso de gestão democrática, os CEPMG adotam um modelo de gestão burocrática, que utiliza o poder real e simbólico (da farda dos militares) e dos uniformes, para instaurar a “disciplina” e a “ordem”, controlando assim os alunos dentro e fora da escola, e em certo grau, os docentes e funcionários, ao mesmo tempo, normatizam e normalizam tais procedimentos. Esses colégios acabam sendo excludentes, pois filhos de militares têm reserva de vagas e os uniformes ficam sobre responsabilidade da família.

A desigualdade e elitização desse modelo de escola aumenta, pois mesmo selecionando seus alunos, seja de forma direta, com reserva de vagas e cobrança de “colaborações” e compra de uniformes, esses alunos têm status de escola pública, podendo concorrer nas cotas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim, a implementação do CEPMG acaba por gerar exclusão dos mais pobres, transformando a escola em elitista e excluindo do processo uma boa parte da população. Além disso, sabemos que os alunos de escola pública concorrem por cotas em universidades a partir do ENEM, no entanto, a concorrência acaba sendo desigual, pois os CEPMG, mesmo cobrando mensalidade e selecionando alunos, são considerados públicos e concorrem de forma igualitária com as demais escolas com menos estrutura (Santos, 2016). De forma geral, os CEPMG não atendem aos mais pobres, a quem o Estado deveria atender, e como são instituições mais onerosas

para as famílias do que as escolas comuns, elitizam parte da esfera pública. O que era para ser acesso de todos, passa a ser para uma parcela da educação.

Em contraste, os PPPs das escolas estaduais analisadas (Dom Bosco e Roberto Civita) afirmam uma concepção de educação mais alinhada ao referencial crítico, citando autores como Paulo Freire, Luckesi, Norbert Elias e Saviani e indicam a formação do “cidadão crítico” como horizonte formativo. Esses documentos reconhecem explicitamente as condições sociais dos estudantes:

Baixo poder aquisitivo: Alguns têm problemas como desnutrição, desestruturação familiar, fome, violência doméstica; outros deixam transparecer baixa autoestima, carência afetiva, dificuldades de relacionamento e aprendizagem; vários alunos são trabalhadores (Goiás, 2024, p. 58).

Diferente de outros modelos de escola pública, em que se preconiza a diversidade e o respeito à pluralidade de pensamentos, opiniões e manifestações, em colégios militarizados essa mesma diversidade é vista como algo a ser combatido, normalizado em seus padrões. O sujeito deixa de ter um protagonismo político, se acomodando nos moldes já estabelecidos.

Assim, dentro da categoria totalidade social, observa-se que os CEPMG se inserem num projeto de escolarização voltado à conservação da totalidade social, observadores tradicionais e ao adestramento disciplinar, enquanto as escolas estaduais buscam, ainda que com limitações, uma formação que reconhece as determinações sociais e culturais de seus estudantes.

Contradição: pluralismo discursivo versus restrição ideológica e disciplinar

Ao avançar na análise dialética, a categoria “Contradição” permite evidenciar tensões internas entre o discurso e a prática institucional dos CEPMG. O Regimento afirma princípios gerais da educação brasileira — pluralismo de ideias, gestão democrática, liberdade de ensinar e aprender —, mas estabelece mecanismos que restringem tais princípios.

O Artigo 139 do Regimento é ilustrativo:

É vedado [...] fazer proselitismo religioso, político-partidário ou ideológico, em qualquer circunstância, bem como pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais [...] ainda que de forma dissimulada (Goiás, 2023b, p. 28).

Embora apresentado como defesa da neutralidade, esse dispositivo confere aos gestores militares amplo poder interpretativo sobre o que seria “proselitismo” ou “interesse nacional”. Como argumenta Dantas (2020), narrativas de neutralidade frequentemente ocultam práticas de dominação, pois a ausência de posicionamento explícito favorece a reprodução da ideologia dominante.

Além disso, essa norma restringe a atuação docente, dificultando a abordagem de temas políticos, históricos, sociais ou identitários que são indispensáveis ao exercício da cidadania crítica. Ao mesmo tempo, permite sanções a discursos considerados “inadequados” pelos comandantes militares, consolidando um ambiente de autocensura.

Aparece, também, uma disputa entre os campos educacional e militar na formação do “cidadão ideal”, que reflete diferentes visões sobre o papel do indivíduo na sociedade. Enquanto o campo educacional busca promover uma cidadania ativa e consciente em um contexto globalizado, o campo militar enfatiza a disciplina e a obediência como pilares da cidadania. A escolha entre esses modelos pode influenciar significativamente como os indivíduos percebem seu papel no mundo atual e como se preparam para enfrentar os desafios sociais contemporâneos. Contradição esta que aparece no Regimento dos Colégios Militares, que visam alunos conscientes, mas que pune quem não obedece. Observe que no regimento coloca como princípios dos colégios militares:

Art. 4º O ensino ministrado será baseado nos seguintes princípios, fins e objetivos:

I - igualdade de condições para o acesso, permanência e êxito na escola, dentro das normas previstas neste Regimento;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância (Goiás, 2023b, p. 2).

Ao mesmo tempo que se fala de uma concepção plural de educação, existe uma centralidade nas autoridades, não podendo, nem alunos ou professores, escrever ou dar entrevistas sem que seja autorizada previamente, com possibilidade de sanções.

A contradição entre discurso e prática também aparece na gestão. Embora os documentos mencionem “gestão democrática”, o Comandante Gestor é indicado pela Polícia Militar e professores e estudantes submetem-se a uma cadeia hierárquica militar. Já nas escolas estaduais, a gestão ocorre via eleições da comunidade escolar, conforme apontam seus PPPs. Como lembra Saviani (2005), uma escola não pode ser democrática se não se estrutura como tal. A contradição dialética entre pluralismo formal e autoritarismo prático revela que o CEPMG adota um modelo escolar que reforça a obediência e limita o dissenso, caracterizando uma forma de pedagogia voltada mais para o controle social do que para a formação crítica.

Sobre contradições presentes nos valores, nos colégios convencionais um dos valores que mais se apresenta é o respeito à diversidade, pois, diferentemente dos CEPMG, que prezam pela uniformização e padronização, estes, por sua vez, tentam incentivar a individualidade e o respeito a estas diferenças, até porque como consta nos PPPs, trabalham com clientela bem diversificada, tanto na questão de gênero, como também na racial e familiar, pois muitos apresentam uma composição familiar não tradicional (pai, mãe e filho). Apresentam violência familiar, como no caso do CEJDB, com uma parte significativa de migrantes do Norte e Nordeste apresentando um aspecto de heterogenia quanto à naturalidade e diversidade cultural.

O CERC coloca como valores norteadores, valores éticos e morais que possibilitem compreender o papel do trabalho na formação profissional do aluno, com o intuito de combater qualquer tipo de discriminação, seja no ambiente escolar, seja fora dele. Observe:

Nível socioeconômico dos alunos

Baixo poder aquisitivo:

- Alguns têm problemas como desnutrição, desestruturação familiar, fome, violência doméstica;
- Outros deixam transparecer baixa autoestima, carência afetiva, dificuldades de relacionamento e aprendizagem;
- Vários alunos são trabalhadores;
- Uma parte significativa é de migrantes do Norte e Nordeste. Nesse aspecto a escola lida com uma clientela heterogenia quanto a naturalidade e diversidade cultural (Goiás, 2024, p. 58).

Assim, como no CEJDB, citado acima, o CERC também tem uma clientela parecida:

O Colégio Estadual ROBERTO CIVITA, atende uma clientela oriunda, basicamente de uma classe social baixa em que boa parte das famílias enfrenta grandes dificuldades. Muitos apresentam carência afetiva e nutricional o que reflete no desenvolvimento emocional, cognitivo, físico. Percebemos que alguns desses alunos não dispõem de orientação familiar em relação a regras e valores de conduta necessária em todas e qualquer ambiente (Goiás, 2023a, p. 12).

Esses valores também são citados no CEJDB, sempre colocando também o papel da cidadania, mas frisando, que a cidadania é exercida na sociedade no sentido de transformá-la, para reduzir as desigualdades, buscando primeiramente compreendê-la, para, aí poderem atuar buscando a superação do modelo social vigente:

A escola é o local onde a educação intencional formal acontece, e, por isso, deve ser tomada como espaço permanente de investigação e reflexão para que seja desenvolvida uma prática educativa que seja significativa para a comunidade (alunos e alunas, pais, mães, professores, funcionários administrativos). Nesse sentido, devem (re)significar os conhecimentos científicos e as práticas culturais, a fim de que os educandos as apreendam e reflitam sobre elas tomando como referência a realidade social de que fazem parte (Goiás, 2024, p. 13).

Basicamente, tanto colégios convencionais, quanto os militares, falam dos mesmos valores, como a cidadania e a família, por exemplo. A diferença é como veem esses conceitos, enquanto cidadania para os CEPMG consiste em adequação aos modelos sociais vigentes, buscando compreender e se encaixar na sociedade, os colégios tradicionais, pelo menos nos documentos, acreditam que é necessário superar essa estrutura social.

Condições objetivas e subjetivas: elitização, seletividade e disciplinamento corporal

A categoria “Condições objetivas e subjetivas” permite compreender como a militarização produz formas de exclusão e controle. Nessa categoria busca-se diferenciar e detalhar as condições materiais (estrutura física, burocrática, administrativa) das condições ideológicas (valores morais, identidade institucional, visão de mundo).

As condições objetivas são aquelas que são determinadas externamente ao homem, são dadas sem sua opção, é o que está dado. Referem-se às circunstâncias materiais e históricas concretas que influenciam e determinam os processos sociais, econômicos e naturais. Essas condições são externas aos indivíduos, mas condicionam suas ações, escolhas e possibilidades de transformação da realidade (Demo, 1995). Elas determinam, dentro de limites, a liberdade e as possibilidades de mudança, sendo essenciais para compreender o desenvolvimento dialético da realidade.

Na tradição dialética marxista (Demo, 1995), as condições subjetivas referem-se aos fatores conscientes, ideológicos e organizacionais que influenciam a capacidade dos sujeitos sociais de transformar ou de lutar para manter a realidade. Enquanto as condições objetivas são a base material (economia, estrutura social), as subjetivas são o “fator humano” — a percepção, a vontade política e a organização necessárias para a ação revolucionária. As condições subjetivas na dialética são os aspectos internos da consciência, vontade e conhecimento dos sujeitos que, em interação com as condições objetivas, determinam o processo de transformação social, seja historicamente, seja socialmente. São essenciais para que as condições materiais sejam compreendidas e modificadas, ou no caso dos colégios militares, sejam mantidas ou até regressadas a um ponto na história.

É necessariamente nas condições subjetivas que os ideais conservadores trabalham, e no caso de nossa pesquisa, utilizam das condições objetivas (estrutura dos colégios militares) para que tenham maior afetividade e alcance no seu intento.

Quanto às condições objetivas, notamos uma estrutura administrativa extremamente hierarquizada, centralizada nas figuras militares, com escassa participação democrática de professores e alunos. Além, os CEPMG exigem aquisição de uniformes específicos, padronização estética rígida e cumprimento rigoroso de normas de apresentação pessoal. O Regimento detalha minuciosamente tais exigências:

Aparência dos cabelos e calçados [...] qualquer outro adereço que altere formas ou cores do uniforme padrão não é permitido; o uso indevido é penalizado; os fardamentos devem ser adquiridos com recursos próprios (Goiás, 2023b).

Essa padronização estética é acompanhada de mecanismos jurídicos e administrativos de exclusão. Como analisa Santos (2016, p. 37):

[...] a implementação do CPMG gera exclusão dos mais pobres, une os dependentes da PM e seleciona os mais aptos, transformando a escola em elitista.

Essa seletividade não é explicitada nos discursos oficiais, mas aparece nas práticas. Como lembra Meszáros (2011), instituições educacionais podem operar como filtros sociais, reforçando desigualdades estruturais ao selecionar alunos que já possuem condições favoráveis de aprendizagem.

O contraste com as escolas estaduais existe: essas instituições acolhem estudantes em situação de vulnerabilidade, baixa renda, fome, trabalho precoce e problemas emocionais e sociais, conforme seus PPPs descrevem. Assim, a militarização desloca para as escolas regulares o atendimento das demandas sociais mais complexas.

Subjetivamente, os CEPMG operam forte disciplinamento dos corpos. A regulação do uniforme, da postura, do vocabulário, do comportamento e da aparência compõe o que Foucault (1982) chamaria de “microfísica do poder” aplicada ao ambiente escolar. Isso reforça identidades baseadas na obediência, apagando diferenças culturais e subjetivas. Essa construção identitária aparece em estudos como o de Ribeiro (2019), que afirma que o Comando Militar insere no colégio “uma metodologia calcada na ordem, na disciplina, na impessoalidade e na homogeneização das condutas”.

Práxis educativa: reprodução conservadora versus formação crítica

Por fim, na categoria “Práxis educativa”, sintetizamos como os princípios anteriores se materializam no cotidiano escolar. A análise dos documentos evidencia que os CEPMG operam uma práxis voltada à conformação do estudante a normas e valores tradicionais, enfatizando disciplina, hierarquia, civismo e patriotismo.

Essa concepção se opõe à ideia de educação como prática de liberdade (Freire, 1987) e também à pedagogia histórico-crítica de Saviani (2005), que entende a escola como espaço de mediação entre conhecimento sistematizado e transformação social.

Enquanto os CEPMG privilegiam valores como obediência, urbanidade, civismo e respeito à autoridade, as escolas estaduais analisadas buscam, ao menos no discurso, promover reflexão crítica e acolhimento das diferenças, reconhecendo a realidade socioeconômica dos alunos.

Como lembra Apple (2003), currículos moralizantes e disciplinadores produzem uma forma de “cidadania adaptativa”, voltada à manutenção da ordem vigente, enquanto currículos críticos buscam desenvolver uma “cidadania transformadora”, capaz de analisar contradições e atuar sobre elas.

Assim, os resultados mostram que a práxis educativa militarizada está inserida num projeto de conservação social, reforçando estruturas de desigualdade e produzindo sujeitos ajustados ao ethos neoliberal-conservador, enquanto a práxis dos colégios estaduais, apesar das fragilidades, se aproxima de um horizonte formativo emancipatório.

Quadro comparativo a partir das categorias

O Quadro 1 sintetiza e ilustra as diferenças entre os modelos educacionais analisados, bem como sua proximidade ou afastamento em relação ao ideal crítico-emancipatório, aqui apresentado.

Quadro 1. Síntese das categorias dialéticas.

Categoria Dialética	CEPMG	Escolas Convencionais
Totalidade Social	Inseridas no avanço neoliberal e conservador; reprodução social conservadora.	Contexto de maior diversidade social e crítica.
Contradição	Discurso crítico, prática disciplinadora e conformista.	Discurso e prática mais alinhados a uma perspectiva crítica.
Condições Objetivas/Subjetivas	Estrutura administrativa rígida e elitizada; valores tradicionais, conservadores e moralizantes.	Estrutura mais democrática e inclusiva; valores plurais e democráticos.
Práxis Educativa	Educação adaptativa e disciplinadora, reprodução social.	Educação mais aberta à crítica e diversidade; busca transformação social.

Fonte: Autores.

A partir do quadro, algumas considerações podem ser feitas, incluindo uma profunda divergência entre os modelos educacionais militarizados e convencionais, principalmente em relação à concepção crítica de educação defendida por autores como Saviani (2005) e Apple (1999).

Saviani (2005) destaca a educação como instrumento de transformação social, através da apropriação crítica do conhecimento historicamente acumulado, visando superar desigualdades sociais e possibilitando uma práxis emancipadora. Por sua vez, Apple (1999) enfatiza que a educação pode servir tanto para a reprodução das desigualdades sociais, por meio de currículos ocultos que legitimam valores dominantes, quanto para a resistência e transformação dessas estruturas de poder.

Os resultados evidenciam que os CEPMG atuam sob uma perspectiva conservadora e disciplinadora, enfatizando a conformidade social, a disciplina rígida e a obediência hierárquica como valores centrais, em consonância com as reflexões de Ribeiro (2019) e Pinheiro e Guimarães (2018). Essas instituições se inserem num contexto político-ideológico mais amplo de avanço neoliberal e neoconservador, cuja principal função parece ser a manutenção da ordem social vigente, através de dispositivos institucionais como regimentos rígidos, uniformização e sistemas de premiação que reproduzem uma lógica meritocrática.

Diante disso, algum grau de coerção parece necessário à restauração da ordem. Os neoconservadores enfatizam assim a militarização como remédio para o caos dos interesses individuais. Por esse motivo, mostram-se mais propensos a acentuar ameaças, reais ou imaginárias, nos planos doméstico e externo, à integridade e à estabilidade do país (Harvey, 2008, p. 93).

Por outro lado, as escolas convencionais analisadas revelam-se mais alinhadas a uma educação democrática e plural, apesar de suas limitações e contradições práticas, como também apontado por Ribeiro (2019). Estas instituições tendem a valorizar mais explicitamente a diversidade, o respeito às individualidades e buscam, ao menos discursivamente, uma formação crítica e transformadora dos indivíduos. Essa perspectiva se aproxima mais dos pressupostos teóricos emancipatórios de Saviani e Apple, pois reconhece a educação como um espaço de construção coletiva e crítica de conhecimento, e não apenas como reprodução das estruturas existentes.

Assim, o Quadro 1 evidencia uma tensão entre reprodução social conservadora, típica das escolas militarizadas, e a tentativa de uma práxis educativa crítica e emancipatória, proposta teoricamente pelos autores adotados e parcialmente praticada pelas escolas convencionais. A compreensão dessa tensão dialética é fundamental para aprofundar o debate sobre os rumos da educação pública brasileira e suas implicações para a formação de cidadãos capazes de transformar criticamente a sociedade em que vivem.

CONCLUSÃO

A análise realizada permitiu compreender que a militarização das escolas públicas, especialmente no estado de Goiás, não se trata de um fenômeno isolado, mas de uma manifestação concreta da convergência entre neoliberalismo, conservadorismo e práticas de controle que têm reconfigurado o papel da educação pública no país. Ao examinar os documentos institucionais de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás e de escolas estaduais não militarizadas, foi possível evidenciar diferenças significativas no modo como cada modelo concebe o estudante, a função social da escola e os valores que orientam a formação humana.

Os documentos do CEPMG analisado apresentam uma estrutura fortemente marcada pela disciplina, hierarquia, padronização estética, civismo e patriotismo, compondo um ethos escolar alinhado a valores conservadores e ao ideal de um “cidadão obediente”, preparado para seguir normas e atuar de forma adaptada às exigências da ordem social vigente. Esses princípios aparecem não apenas como diretrizes pedagógicas, mas como normas reguladoras da aparência, da conduta e do comportamento dos estudantes, reforçando mecanismos de controle simbólico e material. A retórica da “ordem” e da “disciplina”, nesses documentos, atua como justificativa para práticas de vigilância e moralização da vida escolar, em consonância com o que aponta a literatura crítica sobre militarização.

Por outro lado, os Projetos Político-Pedagógicos das escolas estaduais não militarizadas reforçam a defesa da gestão democrática, da diversidade, da inclusão e do acolhimento. A escola pública é concebida nesses documentos como espaço de enfrentamento das desigualdades sociais, de formação crítica e de diálogo com as múltiplas realidades culturais dos estudantes. A ênfase recai sobre a construção de uma educação comprometida com os direitos sociais, com a pluralidade e com a ampliação de oportunidades — uma visão que, embora limitada pelas condições materiais de funcionamento e pelas desigualdades estruturais, aponta para uma concepção emancipatória da educação.

A comparação entre os dois modelos evidencia a existência de projetos de sociedade distintos, que disputam a configuração da escola pública: de um lado, um modelo conservador, hierárquico e disciplinador, associado à modernização conservadora e aos interesses de grupos que buscam restaurar padrões tradicionais de comportamento; de outro, um modelo que, apesar de suas dificuldades, se ancora em princípios democráticos, na valorização da diversidade e na perspectiva de formação crítica.

Retomando o problema de pesquisa, pode-se afirmar que a militarização escolar, conforme se expressa nos documentos analisados, institucionaliza valores conservadores, reforça a padronização dos corpos e comportamentos e ressignifica a função da escola pública, aproximando-a de um projeto educacional voltado para a obediência, a ordem e a meritocracia. Esse movimento contrasta com a perspectiva de educação defendida pelas escolas estaduais convencionais, que compreendem a escolarização como instrumento de ampliação de direitos, produção de conhecimento e formação cidadã em sentido democrático.

Assim, os resultados apontam para a necessidade de aprofundar o debate público sobre os rumos da educação básica, especialmente diante do crescimento de políticas que, ao invés de promoverem a democratização educacional, tendem a reforçar desigualdades e a limitar a pluralidade no ambiente escolar. A partir da análise documental realizada, torna-se evidente que compreender a militarização não é apenas compreender uma forma de gestão, mas reconhecer sua inserção em um projeto mais amplo de sociedade, que disputa, nos espaços escolares, a formação das novas gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste estudo, oferecendo apoio técnico, acadêmico e institucional.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- APPLE, M. W. **Políticas culturais e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEZERRA, N. P. **Pacto pela educação: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2017.
- DANTAS, D. F. **Ideologia e cultura educacional: estudo crítico sobre o conservadorismo em educação no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político-Pedagógico: Colégio Estadual Roberto Civita**. Goiânia: SEE-GO, 2023a.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Regimento Interno dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia: Polícia Militar de Goiás, 2023b.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político-Pedagógico: Colégio Estadual José do Décio Barbosa**. Goiânia: SEE-GO, 2024.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LIMA, M. E.; BRZEZINSKI, I.; MENEZES JUNIOR, A. S. Militarizar para Educar? Educar para a Cidadania. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.228256>.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MASCARENHAS, A. N.; GOULART, J. M. O. Escola e democracia: militarização das escolas públicas e a desdemocratização na sociedade. **Revista Retratos da Escola de Formação da CNTE**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 25-39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v17i37.1531>.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINHEIRO, V.; GUIMARÃES, G. A educação na sociedade da mercadoria: militarização e terceirização das escolas públicas no Estado de Goiás. **Perspectivas em Diálogos**, Naviraí, v. 5, n. 9, p. 253-268, 2018.

RIBEIRO, R. L. S. **Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Catalão**: entre fardas, manuais e boletins. 2019. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

SANTOS, R. J. C. **A militarização da escola pública em Goiás**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SAVIANI, D. (ed.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAPAJÓS, G.; SILVA, M. A gestão compartilhada das escolas cívico-militares: implicações para o processo de democratização das escolas públicas brasileiras. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 6., 2023, Belém, PA. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2023.

Contribuições dos autores

WAC: Concepção principal do trabalho, Análise e interpretação dos dados, Redação da versão inicial do manuscrito. EBVR: Definição do método, Revisão crítica de conteúdo, Redação da versão final do manuscrito.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara